CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES

A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Hosana Larissa Guimarães Oliveira
Analista Legislativo Municipal
Área de Qualificação: Comissões / Sub-Área: Educação, Cultura, Esporte e Lazer

ESTUDO TÉCNICO
AGOSTO, 2014

ESTUDO TÉCNICO:

Objetivo do documento: O estudo solicitado visa subsidiar do ponto de vista teórico-conceitual e com base em legislação específica, a votação do Projeto de Lei nº 447/2013 de autoria do Vereador J. Carlos Filho, pelos membros da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que traz a seguinte ementa: "Torna obrigatória avaliação médica para realização de aulas de educação física nas escolas da rede municipal e dá outras providências". Entretanto, não é foco deste estudo qualquer análise relacionada ao mérito e a constitucionalidade da proposição em questão. Cumpre-nos apenas sistematizar os principais referenciais técnico-científicos e o ordenamento legal relacionado ao tema.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: atividade física ou cultura corporal?

A Educação Física em nosso país é marcada por relações com três instituições específicas: 1. A militar, 2. A médica; 3. A desportiva. Tais instituições marcaram os paradigmas que constituíram as bases históricas da Educação Física no Brasil.

Um dos grandes estudiosos da Educação Física escolar, Francisco Eduardo Caparroz (2007), realiza um estudo sobre as críticas tecidas as influências destas instituições a partir da produção teórica que se preocupou em constituir a identidade da Educação Física na escola, quando estas instituições não a justificavam mais no currículo escolar (meados da década de 1980 e 1990). Sobre as críticas tecidas têm-se:

1. **Instituição militar**: foram os militares os responsáveis pela gênese da Educação Física escolar a partir dos métodos ginásticos trazidos da Europa. A aula de Educação Física na escola era uma reprodução das atividades físicas realizadas no serviço militar, para o cuidado de um corpo forte e saudável. Esta mesma preocupação com o corpo foi transferida para escola, assim como os princípios de obediência, ordem e respeito. A aula era dada por instrutores militares a partir da mera repetição de exercícios, com o intuito de preparar o homem disciplinado e produtivo. Quando os civis passaram a ministrar aulas de Educação Física, receberam formação dos militares e portanto, continuaram a

perpetuar as características dos antigos instrutores. Neste período a Educação Física era entendida como atividade exclusivamente prática e ainda não existia um corpo de conhecimentos específicos da área, o que dificultava legitimá-la com um *status* de ciência.

2. **Instituição médica**: a instituição médica marcou a fase da educação física conhecida como higienista e eugenista. Os autores mostram que vários dos escritos relacionados à Educação Física na época do Império eram de autoria médica, daí a sua conotação com a saúde. Foi atribuído ao caráter científico das ciências biológicas médicas a justificativa da inserção da educação física na escola. Esta inserção da Educação Física na escola também funcionou como estratégia de saúde pública, com orientações de hábitos de higiene, orientações de saúde e aprimoramento físico para constituição de um povo saudável. Foi da instituição médica que a Educação Física herdou a concepção de biologização da área e suposta relação com a saúde.

3. **Instituição desportiva**: após a segunda metade do século XX, mais especificamente no período da ditadura militar, houve uma sobreposição do esporte nas aulas de Educação Física. A inserção da instituição desportiva na escola traz consigo os princípios de competição, rendimento e recordes. É neste período que surge o entendimento da Educação Física como espaço para descobrir atletas e constituir a base do esporte de alto rendimento no país, que era utilizado simbolicamente como representação do poder da nação. Desta instituição a educação física herda sua concepção técnica e mecanicista.

A partir do final da Ditadura Militar no Brasil e com o movimento de abertura política no país a Educação Física Brasileira segundo Valter Bracht (2001) se torna órfã das instituições que a justificavam, pois os paradigmas até então vigentes não coadunavam mais com as mudanças significativas pelas quais a estrutura macro social do Brasil vinha passando.

Neste contexto de mudanças e com o retorno de vários professores de Educação Física que voltavam de seus Mestrados e Doutorados passam a se preocupar com a constituição de uma nova identidade para a Educação Física na escola e se dedicam a propor “saídas” para este componente curricular, a partir de um viés mais crítico e ligado a perspectiva da cultura.

Um dos clássicos produzidos neste período, o Livro Metodologia do Ensino da Educação Física, escrito por um Coletivo de autores (1992), realiza o confronto entre a concepção até então vigente da aptidão física, e a concepção proposta da cultura corporal. Neste confronto os autores fazem a crítica a primeira concepção apontando os seguintes aspectos:

- Busca educar o homem forte, ágil e empreendedor;
- Aliena-o de sua condição de sujeito histórico;
- Apoia-se na pedagogia liberal e tecnicista;
- O conhecimento predominante é o que permite o rendimento;
- Há predominância do esporte em detrimento as outras formas da cultura corporal.

Ao defender a abordagem da cultura corporal, definida como o “acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido ao longo da história e exteriorizado através da expressão corporal” (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p. 38), colocam como possibilidade de:

- Buscar firmar os interesses da classe populares;
- O conhecimento é tratado com o viés histórico;
- Assume uma lógica dialética;
- Considera o ritmo de aprendizagem de cada aluno;
- Reconhece a produção humana no campo da cultura corporal (jogos, lutas, dança, esporte, ginástica, capoeira, mímica, artes circense e outros).

Assim, busca-se superar o entendimento da Educação Física como disciplina meramente prática e puramente técnica, na perspectiva da aptidão física, para

a consideração da cultura, do reconhecimento da produção humana construída historicamente. Nesta direção Vago (2009, p.34) propõe a Educação Física como um projeto de formação cultural para crianças e adolescentes, entendendo-a como lugar de fazer “circular, reinventar, estimular, transmitir, produzir e praticar... cultura”.

ORDENAMENTO LEGAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei 9.394, de 20 de dezembro1996, no § 3º, do Art. 26 traz para a Educação Física seu status de componente curricular obrigatório da Educação Básica no Brasil.

Um ano após a publicação da LDB, o Ministério da Educação publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), cuja concepção de Educação Física entende-a como **CULTURA CORPORAL:**

> Por suas origens militares e médicas e por seu atrelamento quase servil aos mecanismos de manutenção do status quo vigente na história brasileira, tanto a prática como a reflexão teórica no campo da Educação Física restringiram os conceitos de corpo e movimento — fundamentos de seu trabalho — aos seus aspectos fisiológicos e técnicos.
>
> Atualmente, a análise crítica e a busca de superação dessa concepção apontam a necessidade de que, além daqueles, se considere também as dimensões cultural, social, política e afetiva, presentes no corpo vivo, isto é, no corpo das pessoas, que interagem e se movimentam como sujeitos sociais e como cidadãos (BRASIL, 1997 p.22).

O documento traz ainda dois capítulos que tratam da temática: “A Educação Física como Cultura Corporal” e “Cultura Corporal e Cidadania”. Diante do exposto, confirma-se o entendimento da Educação Física como cultura corporal, que se diferencia das concepções anteriores de uma atividade puramente prática e restritamente técnica.

REFERÊNCIAS

BRACHT, V. Saber e fazer pedagógicos: acerca da legitimidade da educação física como componente curricular. In: CAPARRÓZ, F. E. (Org.). **Educação Física escolar**. Espírito Santo: Proteoria, 2001. p. 67-79

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. **Entre a educação física na escola e a educação física da escola**: a educação física como componente curricular. 3. Ed. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção educação física e esportes).

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

VAGO, Tarcísio Mauro. Pensar a Educação Física na Escola: para uma formação cultural da infância e da juventude. In: **Cadernos de Formação RBCE**. v.1, n.1. Campinas: CBCE e Autores Associados. p. 25-41, 2009. Disponível em: http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/cadernos/article/view/930.